

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Apropriação de condições naturais e construção histórica de
territórios em São João del-Rei (MG)**

Eder Jurandir Carneiro*

Resumo: O trabalho analisa processos históricos de construção (material e simbólica) de territórios urbanos de classes populares em São João del-Rei (MG). A construção desses territórios resulta da interação entre, de um lado, a espacialização urbana das desigualdades socioambientais geradas pela economia de mercado, conservadas e aprofundadas por omissões e ações seletivas do Estado, e, de outro, as lutas e práticas coletivas organizadas pela população para imprimir aos territórios que habitam determinados significados e provimento de serviços de infra-estrutura, conferindo-lhes habitabilidade “urbana”. Os processos examinados desenvolveram-se ao longo do esforço desenvolvimentista mineiro e de seu colapso. São João del-Rei, situada em mesorregião periférica ao núcleo da industrialização mineira, tornou-se pólo de atração das populações carentes de municípios do entorno.
Palavras-chave: conflitos ambientais, territórios urbanos, desigualdades socioambientais.

Abstract: This paper analyzes historical processes of construction (material and symbolic) of workingclass urban territories in São João del-Rei (Minas Gerais, Brazil). This construction results from the interaction between the spacialization of the social and environmental unequalities (generated by the capitalist economy and reproduced and deepened by the State, through its omissions and selective actions) and, on the other hand, the struggles and collective pratices organized by the inhabitants in order to ascribe certains meanings to their territories and to provide them with urbain services and equipaments. The process under analysis have developed during the making and the break up of the industrialization in Minas Gerais. São João del-Rei, as an important city placed in a region that has remained out from the industrialization core, have attracted poor people from small neighbouring cities.

Key-words: environmental conflicts, urban territories, social and environmental unequalities.

I- Introdução

O presente trabalho apresenta algumas conclusões parciais de uma extensa pesquisa sobre processos de construção de territórios urbanos de classes populares em São João del-Rei, que vimos realizando nos últimos três anos¹. Por meio de *surveys*, levantamentos em fontes documentais e arquivos de cartórios e órgãos públicos, além de

* Professor-Doutor da Universidade Federal de São João del-Rei. Agências financiadoras: CNPq e FAPEMIG.

¹ A pesquisa tem contado com o trabalho de vários bolsistas de Iniciação Científica (do CNPq e da FAPEMIG) e de extensão (bolsas e apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei. Aproveitamos para agradecer de público a inestimável contribuição dos seguintes bolsistas: Jhony River Raimundo Resende, Priscilla do Carmo Azevêdo, Ana Cristina G. Miranda, Pelipe Diego Nazaré, Matheus Alves de Barros, Luiz Raimundo T. da Silva, Luiz Felipe M. Candido, Dênis P. Tavares e Lucas Henrique Pinto.

observações de campo e entrevistas semi-estruturadas com moradores e representantes de associações de moradores, levantamos informações sobre as trajetórias de ocupação residencial, origem da população, situação sócio-econômica, condições ambientais e de saneamento básico, redes de parentelas e associativismo.

As informações assim obtidas deram origem, nos últimos anos, a um conjunto de relatórios e trabalhos de caráter monográfico a respeito de cada processo particular de formação de territórios urbanos de classes populares. O presente trabalho representa, pois, a primeira tentativa de realizar uma análise de conjunto dos casos. Enfatizam-se, então, as semelhanças e mecanismos que, para além das idiossincrasias de cada caso, evidenciem a ocorrência de certos padrões de construção dos territórios urbanos de populações de baixa renda da cidade.

II- O objeto teórico: conflitos ambientais e construção de territórios urbanos

Na sociedade capitalista, em particular, as formas de propriedade determinam a primazia da apropriação das condições naturais como fluxo de matérias e energias tomadas como condição para a produção de mercadorias com vistas à acumulação de riqueza abstrata. O imperativo da acumulação faz com que a espacialização da economia capitalista (HARVEY, 2005) implique necessariamente a captura das condições naturais como condições de produção de mercadorias, subsumindo os demais significados e propósitos de apropriação dessas condições naturais. Essa poderosa lógica, leva, por mediações complexas, ao estabelecimento de conflitos ambientais, isto é, lutas sociais pela apropriação das condições naturais. Contudo, o objeto dos conflitos ambientais não se refere apenas às condições naturais em geral, isto é, ao conjunto de elementos e processos produzidos pela *physis*. Ao contrário, trata-se de condições naturais específicas que estão fundidas com ambientes particulares, construídos pelo trabalho humano. Esses conjuntos determinados de condições naturais transformadas e incrustadas pelo trabalho humano objetivado são, sempre, apoderados por determinadas coletividades humanas. São, nessa medida, *territórios*², compreendidos como objetivação espacial das práticas e conflitos sociais, como singularizações espaciais de distintas sociabilidades humanas.

Dessa forma, cada configuração territorial é o resultado, localizado no tempo, de práticas e lutas sociais pregressas e, simultaneamente, condição para construções e

² Sobre o conceito de território, vejam-se, entre outros Moraes (2002), Giarraca e Wahren (2005) e Santos (1999).

apropriações territoriais futuras. Portanto, os territórios não são construções congeladas, posto que a própria historicidade das práticas sociais a eles se transfere, isto é, as configurações espaciais designadas territórios são um processo histórico.

Torna-se assim possível, para efeito de análise, tomar como objeto territórios de diferentes escalas, evitando-se coisificar as pré-construções oficiais dos “territórios”. Isso requer que se leve em consideração os conflitos entre atores que, em diversas escalas, pretendem construir os territórios em acordo com suas concepções e interesses (conflitos que são mediados pela autoridade política. E é por meio dessa mediação que essa autoridade se (des)legitima, ao (des)legitimar atores, conflitos e suas cristalizações nos territórios).

Nessa acepção, julgamos legítimo tomar determinados espaços urbanos como territórios e examinar os processos por meio dos quais atores disputam sua construção material e simbólica, ou seja, o provimento do território com um conjunto de características que lhe confirmam um caráter socialmente reconhecido como urbano - tais como redes de esgoto, de distribuição de água e de energia elétrica, pavimentação de ruas, coleta pública de lixo, equipamentos de lazer etc.

Parte-se, então, da hipótese geral de que a construção de territórios urbanos habitados por classes populares resulta da interação entre, de um lado, a espacialização urbana das desigualdades geradas pela economia de mercado, conservadas e aprofundadas por omissões e ações seletivas do Estado, e, de outro, as lutas e práticas coletivas organizadas pela população que, articulando-se a outros atores (Igreja, partidos, ONGs, universidade etc.), busca promover formas de apropriação do território e provimento de serviços de infraestrutura “urbana” de acordo com seus interesses. O processo de construção de territórios urbanos de classes populares tende a ser errático, dependente da mobilização da população e do apoio de outros atores, revelando-se um contínuo de conflitos, insucessos e conquistas, muitas vezes parciais e sujeitas a retrocessos.

III- Construção de territórios urbanos de classes populares

III-1- O contexto da suburbanização: ascensão e colapso da industrialização sanjoanense

Formou-se na cidade, ao longo dos séculos XVIII e XIX, uma poderosa elite comercial-financeira (GRAÇA FILHO, 2002), cujos negócios se entrelaçavam fortemente com as atividades ligadas à agroexportação e, na virada para o século passado, à industrialização na Zona da Mata e no Rio de Janeiro.

Entrementes, nas últimas décadas do século XIX, com o declínio da atividade das fazendas produtoras de gêneros agropecuários de abastecimento, a elite mercantil-financeira investe parte de seu capital em iniciativas que visavam à melhoria das condições de transporte e à instalação de indústrias dos setores têxtil e alimentício (GRAÇA FILHO, 2002: 47). A exemplo do que ocorria na Zona da Mata, São João del-Rei viveu um significativo processo de industrialização que prolongou-se até a passagem da década de 1950 à de 1960, e se assentava em “setores tradicionais”, ligados às atividades de fiação, produção de têxteis, móveis, bebidas, calçados, artefatos de couro, laticínios, sabão etc. (GAIO SOBRINHO, 1997).

O período recessivo da economia brasileira do início dos anos 1960 marca o princípio de uma crise generalizada da industrialização sanjoanense, embora já se verificasse no estado, há algumas décadas, um declínio relativo das “indústrias tradicionais” (DINIZ, 1981: 143), acompanhado por um desenvolvimento contínuo dos empreendimentos ligados ao setor sidero-metalúrgico (NOVY, 2002: 120). Esse movimento traduz a emergência de uma “nova burguesia mineira”, organizada em entidades como a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e, principalmente, a Associação Comercial de Minas Gerais (ACMG) (DULCI, 1999).

Com a retomada do crescimento da economia brasileira, após 1967, essa nova elite pôde, enfim, concluir seu projeto de construir, no centro do Estado, mediante a atração de capitais forâneos, um consistente parque industrial centrado nas grandes indústrias de bens intermediários, com ênfase na mineração e na siderurgia, valendo-se das enormes reservas minerais da região (CARNEIRO, 2003).

A recessão econômica dos primeiros anos da década de 1960 e, na seqüência, o deslocamento efetivo do eixo da industrialização de Minas para a região central do estado e para os “setores não tradicionais” aceleraram a desindustrialização sanjoanense, tornando a mesorregião do Campo das Vertentes uma área de declínio econômico. Consequentemente, a partir da década de 1970, São João del-Rei, na qualidade de cidade-pólo de uma mesorregião economicamente deprimida, passa a atrair, como se verá, contingentes de emigrantes da zona rural e da área urbana de pequenos municípios próximos, ensejando a constituição e contínua ampliação de novas periferias. Essas novas periferias, localizadas em regiões mais afastadas do chamado Centro Histórico, caracterizam-se sobretudo pela presença de situações de risco/contaminação e pela ausência/precariedade de serviços básicos de infra-estrutura urbana.

Se os fundos para investimento em políticas públicas da cidade de São João del-Rei já se mostravam escassos – devido à decadência econômica do município –, o quadro se

agrava ainda mais a partir dos anos 1980, quando o colapso dos intentos de “modernização recuperadora” mergulha o país num processo de “desindustrialização endividada” (ALTVATER, 1995), abrindo-se um período em que a adoção de políticas neoliberais exige, entre outras coisas, a produção de superávites fiscais e a redução dos “gastos públicos”. Nesse novo contexto, diminui o volume dos repasses de recursos da União aos municípios, ao passo que aumentam e se diversificam suas responsabilidades em áreas vitais, como a saúde, o saneamento e a educação.

Em conseqüência, acelera-se o processo de povoamento das novas periferias sanjoanenses, o que faz com que as condições de infra-estrutura urbana dessas áreas tenda a se tornar cada vez mais precária. essa tendência só é contrarrestada pelas práticas e ações coletivas encetadas pela população envolvida, que compõem uma trajetória contínua de conflitos pela construção de uma habitabilidade urbana nesses territórios.

III.2- Bases da formação inicial dos novos territórios urbanos de classes populares

III.2.1- A dinâmica demográfica

O povoamento das áreas que, a partir do início dos anos 1970, se constituirão nas novas periferias sanjoanenses se realiza por dois caminhos. Primeiro, pela chegada de imigrantes oriundos da zona rural do município ou de municípios próximos.

Entretanto, o processo que mais fortemente contribuiu para o início do povoamento das novas periferias foi, sem dúvida, a valorização dos terrenos e dos aluguéis mais próximos ao Centro, que provocou a expulsão das famílias de baixa renda que ocupavam essas áreas. Esse processo torna-se mais intenso a partir dos anos 1980. De uma maneira geral, os dados evidenciam, para o período posterior a meados da década de 1980, uma forte aceleração do ritmo de crescimento da ocupação residencial dos territórios urbanos estudados, havendo casos de áreas de formação de novíssimas periferias, como a vila Brasil/Novo Bonfim e bairro Cidade Nova, em que praticamente todas as casas foram edificadas nos últimos 15 anos.

Aliada à imigração oriunda da zona rural do entorno ou de municípios próximos e da valorização dos terrenos e dos aluguéis mais próximos ao Centro, atua como fator de fomento à ocupação residencial dos territórios urbanos estudados a procura pelos ganhos materiais e simbólicos auferidos pelo fato de morar próximo a parentes. Para as populações de baixa renda, a territorialização de redes de parentela lhes assegura (ao menos parcialmente),

na esteira da denegação do Estado, o provimento de serviços, condições de seguridade e recursos para sua reprodução material e simbólica.

III.2.2- O acesso à terra urbana

Em São João del-Rei, o acesso das camadas de baixa renda à terra para edificação de moradias nas periferias é viabilizado por dois mecanismos principais. O primeiro deles é o sistema de aforamento de terras públicas. Nele, um chefe de família solicita à prefeitura municipal o aforamento de um lote, geralmente situado na faixa da zona rural que faz limite com o perímetro urbano. Ao solicitante é dado um certo prazo (normalmente de dois anos) para que construa uma residência no lote. Se ao cabo desse prazo a casa não estiver construída, a prefeitura pode retomar o lote para si. Com o tempo, esse sistema dá origem a aglomerados residenciais sem qualquer equipamento ou serviço de infra-estrutura urbana. O outro mecanismo que faculta às camadas populares o acesso à terra é a formação de loteamentos ditos “irregulares”. Geralmente, trata-se de terrenos pertencentes a fazendas próximas ao perímetro urbano. O empreendedor do loteamento não o constrói como território urbano, faltando-lhe todos os equipamentos essenciais, assim como o registro junto ao poder público. Conseqüentemente, o preço dos lotes é bem mais barato, tornando-se acessível às populações de baixa renda.

Em conjunto, os sistemas de aforamento de terras e formação de loteamentos “irregulares” constituem mecanismos funcionais de produção e reprodução das desigualdades ambientais urbanas. Essa “funcionalidade” reside no fato de que esses mecanismos viabilizam a alocação de expressivos contingentes de populações de baixa renda em áreas sujeitas a inundações, deslizamento de encostas e/ou destituídas de serviços de saneamento básico. Oferecendo-se como “alternativas”, tais mecanismos permitem a absorção de imigrantes atraídos pela cidade-pólo de uma mesorregião economicamente deprimida, assim como das famílias de classes populares que são expulsas das zonas urbanas mais centrais pela operação do mercado imobiliário.

Evidentemente, se não houvesse a disseminação dos sistemas de aforamento de terras e formação de loteamentos “irregulares” aumentariam as possibilidades de ocorrência ocupações de margens de cursos d’água e lotes vagos localizados em áreas mais centrais. Cresceriam, também, as pressões pela implementação, pelo poder público, de políticas habitacionais para as camadas de baixa renda. Por essa razão, a prefeitura municipal se abstém de fiscalizar e embargar os loteamentos “irregulares”, assim como se prontifica a

conceder aforamentos de terras públicas, o que ainda rende dividendos políticos a prefeitos e vereadores que eventualmente surgem como beneméritos do aforamento.

Dessa forma, vê-se na cidade um processo contínuo, acelerado nas duas últimas décadas, de homogeneização sócio-econômica e ambiental dos territórios urbanos, desaparecendo progressivamente as regiões em que coabitavam lado a lado famílias de estratos sociais distintos. A segregação espacial faz-se cada vez mais nítida, formando-se, de um lado, nas zonas mais centrais (ou nos novos subúrbios de classe média, localizados no sopé da serra de São José), territórios que abrigam exclusivamente camadas das elites econômicas locais. Nesses territórios, o poder público se apressa no provimento de serviços de infra-estrutura urbana e saneamento básico. De outro lado, constituem-se territórios urbanos periféricos de classes populares como os acima descritos, para onde, como se viu, afluem as populações de baixa renda que são desalojadas das áreas urbanas mais centrais. Esses territórios constituem hoje uma verdadeira São João del-Rei “oculta”, invisível aos olhos dos turistas que circulam pelas áreas centrais e das classes médias que as habitam.

III- Considerações finais

Os homens constróem seus territórios, mas não o fazem em condições de sua escolha. Os próprios homens se constróem à medida em que constróem seus territórios. A dinâmica de construção dos territórios urbanos de classes populares examinados orienta-se pelos desenvolvimentos mais abrangentes da acumulação de capital em Minas Gerais e, mais especificamente, pela operação do mercado fundiário e imobiliário sanjoanense, processo reiterado pelas ações e omissões seletivas do poder público. Contrariando tais mecanismos, os habitantes dos bairros estudados têm que empreender práticas e ações coletivas que marcam a longa e lenta trajetória de construção das condições de urbanização dos territórios e, ao mesmo, tempo, ensejam a formação de laços de solidariedade e de uma territorialidade peculiar, caracterizada pela representação do território com um “lugar identitário”. A desnaturalização da atual conformação dos territórios pesquisados requer a reconstrução analítica dos processos e conflitos ambientais por meio dos quais esses territórios ganharam suas características presentes.

Contudo, a avaliação do alcance dos conflitos ambientais urbanos protagonizados pelas populações de baixa renda deve considerar suas ambigüidades. De um lado, eles expressam a negatividade permanentemente repostas pelas desigualdades estruturais que condicionam a apropriação dos espaços. De outro lado, as práticas e lutas parciais estudadas

mostram-se insuficientes para romper as dinâmicas mais abrangentes que presidem a (re)produção do mosaico de territórios que cristaliza a segregação espacial urbana. Comumente, os moradores dos diferentes territórios urbanos de classes populares disputam entre si alguns escassos recursos públicos, sem colocar em causa a própria distribuição das verbas públicas entre os diversos estratos sociais.

V- Referências bibliográficas

- ALTVATER, Elmar (1995), *O preço da riqueza*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- CARNEIRO, Eder J. (2003), *Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais*. 2003. 449 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- DINIZ, Clélio Campolina (1981), *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*, Belo Horizonte: Imprensa da UFMG.
- DULCI, O. S. (1999), *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- GAIO SOBRINHO, Antônio (1997), *História do comércio em São João del-Rei*, São João del-Rei: ed. indep.
- GIARRACCA, Norma e WAHREN, Juan (2005), “Territorios en disputa: iniciativas productivas y acción política en Mosconi, Argentina”, in: *Revista del Observatório Social de América Latina*, Ano VI, n. 16, jan./abr., pp. 285-296.
- GRAÇA FILHO (2002), Afonso de Alencastro, *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*, São Paulo: Annablume.
- HARVEY, David, (2005) *A produção capitalista do espaço*, São Paulo: Annablume.
- MORAES, Antonio Carlos Robert (2002), *Território e história no Brasil*, São Paulo: Hucitec.
- MORAES, Antonio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias da (1984), *Geografia crítica: a valorização do espaço*, São Paulo: Hucitec.
- NOVY, Andreas (2002), *A des-ordem na periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil*, Petrópolis: Vozes.
- SANTOS, Milton (1999), “O território e o saber local: algumas categorias de análise”, in: *Cadernos IPPUR*, vol. XIII, n. 2.